

# A APROPRIAÇÃO E O USO DO TERRITÓRIO COMPREENDIDO PELOS MUNICÍPIOS MINEIROS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO E AS FORMAS CULTURAIS DE APROPRIAÇÃO RECONHECIDAS PELA POPULAÇÃO, QUE RESISTEM AO TEMPO

---

**José Henrique da Silva Júnior**

---

---

## **Resumo**

---

*Este artigo faz considerações, a partir de uma abordagem geoistórica, sobre a apropriação e o uso do território compreendido pelos municípios mineiros da Bacia do Rio São Francisco. Procurou-se verificar a existência e importância, enquanto agente condicionador do reordenamento do território, de identidades regionais e de valores e significados culturais de apropriação, reconhecidos pela sua população, estabelecidos ao longo do tempo, que se manifestam segundo antigos conceitos e tradições responsáveis pela conservação do ambiente, da paisagem e de sua gente e que resistiram ao tempo. Frente a essa compreensão, pretendeu-se responder: quais elementos e atividades foram importantes para a formação do território em questão? Onde estão os indícios? Quais heranças geoistóricas são relevantes? Quais estão preservadas? Haverá ainda uma população voltada para essas atividades? Onde estará? Existem descendentes dessa população? A que atividades aqueles atores sociais se dedicam hoje?*

**Palavras- chave:** *Bacia do rio São Francisco, apropriação territorial, uso do território, identidades regionais, valores, significados culturais de apropriação.*

---

## Introdução

---

Deve-se informar, de início, que o presente trabalho é produto derivado do projeto de pesquisa de maior porte, financiado pela FAPEMIG e denominado “População e Territorialidades Chaves na Rede de Cidades da Bacia do São Francisco”, realizado no Instituto de Geociências – IGC/ Departamento de Geografia e coordenado pelo Professor Ralfo Matos. Essa pesquisa procura analisar e mapear as territorialidades chaves da bacia do São Francisco mediante a utilização de um conjunto de municípios nos quais sejam identificados dinamismo econômico e/ou heranças geoistóricas preservadas. Nela procura-se avaliar a importância econômica e demográfica da rede de localidades integrante da bacia e sub-bacias do São Francisco, explicitando tendências de fecundidade, mortalidade e migrações, e sublinhando os espaços formadores de territorialidades chaves e de maior e menor estabilidade demográfica. A par disso, busca-se mapear os principais fluxos migratórios intermunicipais da bacia e sub-bacias do São Francisco segundo procedência intramunicipal, intermunicipal e interestadual, examinando as características sociodemográficas dos imigrantes e não migrantes, com vistas a avaliar a sua contribuição econômica para os municípios receptores. Adicionalmente, o projeto propõe estudar, descrever e cartografar a rede de localidades

centrais e a vida de relações da bacia nas primeiras duas décadas do século XX, utilizando-se de pesquisa genealógica e seleção de informações históricas indispensáveis ao entendimento das mudanças e reestruturações econômico-demográficas que a região viria a experimentar posteriormente.

---

## A ocupação inicial

---

Segundo Moraes (2000), o Brasil nasce e se desenvolve tendo sempre a conquista e a expansão territorial como fundamento estruturador do espaço ocupado. Para esse autor, a análise espacial da configuração do Brasil e de seu território à época da colônia deve ser relevada na sua dimensão espacial para se conhecer o seu processo de formação. São três momentos marcantes: o desinteresse dos colonizadores portugueses pelas terras encontradas; o interesse pelo espaço a partir de uma visão geopolítica, que vislumbrava a manutenção do domínio do território, e, por último, uma expressiva expansão territorial pela conquista e ocupação da bacia amazônica e pela descoberta das minas.

A descoberta do ciclo do ouro e do diamante vai determinar o início de profundas mudanças na vida colonial. Segundo Moraes (2000), observa-se a proliferação de expedições que demandavam o interior do Brasil em busca de minerais, num movimento

irradiador que difere dos núcleos costeiros, porque visa ao apresamento do gentio, à expansão e à consolidação da atividade agrícola. Com a descoberta do ouro e dos diamantes e o adensamento populacional, também a pecuária se tornou fundamental para o entendimento desse período e processou-se uma acentuação da vida urbana, trazendo consigo positivas mudanças econômicas, culturais e intelectuais, entre outras. (ANDRADE, 2004).

A vida urbana mais intensa viabiliza melhores oportunidades no mercado interno e uma sociedade mais flexível, principalmente se contrastada com o imobilismo da sociedade açucareira. Era comum, no início do século XVIII, ser grande minerador e latifundiário ao mesmo tempo. Com o crescimento do número de proprietários, a mineração gerou uma menor concentração de renda, ocorrendo inicialmente um processo inflacionário, seguido pelo desenvolvimento de uma sólida agricultura de subsistência, que, como a pecuária, se consolida como atividade subsidiária e periférica. A intensificação da vida urbana trouxe também positivas mudanças, sobretudo nas dimensões econômica, cultural e intelectual. (ANDRADE, 2004).

Entretanto, a partir da segunda metade do século XVIII, a mineração começa a entrar em decadência. Por serem de aluvião, o ouro e os diamantes descobertos eram

facilmente extraídos, o que levava a uma exploração constante, fazendo com que as jazidas se esgotassem rapidamente. Num movimento inverso, desde fins do século XVIII, ganha força a agropecuária marcada pela diversificação rural (algodão, açúcar, tabaco, cacau e café), que se estenderá até a consolidação da monocultura cafeeira, iniciada por volta de 1840 no Vale do Paraíba do Sul. Com o declínio da mineração, a agricultura exportadora voltou a ocupar posição de destaque na economia colonial, fenômeno denominado pelo historiador Caio Prado Jr. de “renascimento da agricultura”. Nesse momento há, na Europa, uma demanda intensa de produtos agrícolas para alimentar a população, e a economia está em crescimento. A produção açucareira ganha um ritmo acelerado de expansão, também na segunda metade do século XVIII, colaborando para alterar a fisionomia geográfica do Brasil (PRADO JÚNIOR, 2004).

De fato, segundo Prado Júnior (2004), a nova conjuntura estimulou a diversificação da produção. As atividades agrícolas conjugam-se com outras, gerando ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Isso permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizados dentro e/ou

fora das explorações agropecuárias. Ainda segundo o autor, as ocupações exclusivas em atividades rurais não agrícolas crescem, pois frequentemente proporcionam maior renda às famílias, alterando a tradicional composição da renda familiar dos domiciliados na zona rural. Muitas dessas atividades estão relacionadas a outros setores que se desenvolvem no meio rural ou em cidades de menor porte, a exemplo da indústria. Entretanto, mesmo com o declínio da extração do ouro e do diamante, a mineração deixou traços muito importantes na apropriação e uso do território, principalmente nas regiões da Capitania de Minas Gerais.

A descoberta das minas de ouro naquela Capitania aumentou o interesse da coroa portuguesa pela ocupação territorial do interior. A ocupação daquele território seguiu inicialmente dois sentidos principais de penetração: dos paulistas, de sul para norte, e o movimento do nordeste para o sul, dos fazendeiros com o gado vindo da Bahia e de Pernambuco, aproveitando os vales do Rio São Francisco e Rio das Velhas. Existem registros dessa ocupação inicial assinalando as minas de ouro descobertas nas cabeceiras dos rios das Velhas, Paraopeba, entre outros, e algumas fazendas no vale do Rio das Velhas junto a sua barra no Rio São Francisco e várias outras situadas à jusante deste último, em ambas as margens.

---

## A economia colonial da Bacia do Rio São Francisco

---

Apresentar o Rio São Francisco como um dos principais elementos para interiorização da expansão econômica portuguesa no território brasileiro a partir de meados do século XVI é, sem dúvida, um fato bastante discutido e consolidado historicamente. Entretanto, reconhecer o São Francisco como via para difusão não só das dinâmicas econômicas, mas também de matrizes socioculturais no Brasil é ainda algo incipiente que necessita ser mais bem explorado.

O território compreendido pela Bacia do Rio São Francisco teve a sua ocupação, a partir do início do século XVI, influenciada pela exploração do ouro e do diamante. Entende-se que ali se desenvolveram desde então distintas realidades socioespaciais, resultantes, à luz de SANTOS (1996), de uma combinação singular de variáveis que datam de idades diferentes, determinando um tempo espacial próprio para cada lugar. Desde a sua descoberta no século XVI, o São Francisco passa a ser frequentemente explorado por expedições de europeus interessados nas riquezas do interior do Brasil e, mais tarde, passaria a ser o principal pavimento para a colonização dos sertões goianos, o chamado Brasil-Central, muito embora, inicialmente, o medo dos índios brasileiros e do desconhecimento do local dificultasse o domínio da região.

Com a autorização da coroa portuguesa, no início do século XVI, inicia-se a criação de gado na região, atividade econômica que marca a história do vale do São Francisco, determinando a partir de então um processo crescente de ocupação e consolidação da Bacia e sua exploração econômica.

Um dos fatores que contribuíram para maior dinâmica econômica da bacia do São Francisco aconteceu em princípios do século XVII com as primeiras descobertas de ouro na porção mais ao sul da bacia, principalmente na bacia do Rio das Velhas, um de seus principais afluentes. Nesse momento, as fazendas de gado que durante anos fincaram raízes nas margens do São Francisco, foram os principais elementos para abastecer a região mineradora com artigos de primeira necessidade, tais como: carne, couro, fumo e a cachaça, utilizando-se do rio como principal elemento para transporte e estabelecimento de contatos comerciais. Começam a surgir cidades com nítida vocação comercial, das quais destacamos Januária, Pirapora, Juazeiro e Petrolina.

Segundo Haddad (Haddad, *etti alli*), a pecuária tem início também no começo do século XVI, talvez em São Vicente, com a introdução de espécies européias. O gado se desenvolve na Bahia e vai realizar a conquista do interior nordestino, passando o Rio São Francisco até o Piau, Maranhão,

Ceará. É cuidado para atender a população, com alimento, couro, transporte. É imenso o seu papel, criando civilização rústica, sem o brilho da resultante do açúcar. Não emprega muita mão-de-obra nem requer grandes investimentos. Precisa de terras, há abundância. O reduzido pessoal dedicado a tratá-lo é modesto, mas livre, pois há incompatibilidade entre a pecuária como é praticada e a escravidão. O esforço criatório nordestino pode ser visto como projeção da economia açucareira; ela exige o animal para alimento, carne e subprodutos, para transporte e para acionar engenhos. É, pois, atividade subsidiária.

A definitiva expulsão do gado para os sertões em fins do século XVII e, ao mesmo tempo, a abertura da fronteira (através da intensificação das guerras de extermínio e/ou escravização das populações indígenas) permitiram a formação, por parte dos colonizadores, de uma vastíssima rede de propriedades: as fazendas de gado.

Ao longo do século XVII, próximo ao litoral do nordeste brasileiro, havia demanda por grandes extensões de terras junto aos engenhos de cana-de-açúcar. O interior foi sendo ocupado lentamente por ser o sertão considerado perigoso. A criação de gado tinha que ser feita longe dos plantios de cana-de-açúcar para não prejudicar esta cultura. A Bahia e Pernambuco foram

centros irradiadores do pastoreio para o interior. A agricultura não era interessante nesse interior. Contrariamente, o gado foi o responsável, quase que natural, pela exploração do vale do Rio São Francisco no sentido da sua jusante para montante. O gado vindo, principalmente, do litoral da Bahia impulsionou a ocupação do interior em direção ao sul adentrando pelo vale do Rio São Francisco. Na margem leste baiana do Rio São Francisco naquela altura, já era volumosa a criação de gado em meados para os fins do século XVII. A criação penetrava para o interior, mas os pontos de venda ainda se restringiam praticamente aos centros populacionais do litoral.

No percurso foram instalados muitos currais e pontos de venda. Essas circunstâncias provocam, pelo trajeto do gado, uma população relativamente densa. Tais terras passaram a ser mais densamente ocupadas a partir do final do século XVII, sendo que algumas partes eram exploradas como currais. Algumas fazendas possuíam muitos currais. Nos currais do Rio São Francisco, o gado era vendido para as minas ao preço que atingia nas cidades como Salvador, ou seja, no mais alto preço.

As dinâmicas de população e seus modos e fazeres que, historicamente, se desenvolvem no interior da região da Bacia do Rio São Francisco, não só encerram relações

com o processo de territorialização do país, mas também, com elementos fundamentais que marcam a heterogeneidade econômica, demográfica, política e cultural entre as regiões que compõem o espaço geográfico brasileiro.

No território compreendido pela Bacia do Rio São Francisco, algumas das cidades foram, desde suas origens, espaços de organização sociopolítica e religiosa, além de centros de comando de uma ampla economia regional que se estruturou no seu entorno. Nesse sentido, constituíram-se, de fato, como cidades na acepção total do termo: locais de concentração de um excedente econômico expresso na qualidade do espaço urbano e na monumentalidade das edificações; centros de intensa organização social e política, geradores de novas práticas sociais; e espaços de forte expressividade simbólica, cultural e religiosa na sua organização arquitetônica e urbanística, de especial interesse turístico na atualidade.

Um dos legados mais importantes foi um acervo de arte colonial decorrente do trabalho exercido por uma população composta de artistas, artesões, artifices, entre outros. O ciclo do ouro e do diamante precipitou o povoamento do território compreendido pela Bacia do Rio São Francisco. Para IGLESIAS (1985), dois aspectos fundamentais se destacam na sociedade que aí se forma: a

urbanização e a estratificação social. O autor destaca que a sociedade que ali se formou, diferentemente da sociedade formada pela monocultura-exportadora – de senhores e escravos – propiciou o surgimento de uma camada intermediária de funcionários, artífices e artesãos, entre outros. Estes se dedicaram à produção de objetos, artefatos, costumes, ritos e mitos (religião, folclore, música, culinária, vestimentas, etc.), aceitos e praticados coletivamente, capazes de distinguir um determinado grupo social dos demais.

No território compreendido pela Bacia do Rio São Francisco, em toda sua extensão territorial, essa cultura vem sendo transmitida através das sucessivas gerações, sempre se renovando e se recriando num processo vivo e dinâmico, propiciando a essas regiões a possibilidade de construir sua própria identidade. E a manifestação dessa identidade se revela por meio do seu patrimônio cultural, que não se restringe somente aos bens culturais móveis e imóveis. Vai muito além, fazendo-se presente em outras tantas formas de expressão cultural. Essa herança imaterial se manifesta na interação daquela gente com o ambiente, com a natureza e com as condições de sua existência. Expressa-se através dos *saberes*, *celebrações* e *formas de expressão* da gente, “materializados” no artesanato, nas maneiras e modos do fazer cotidiano

das comunidades, na culinária, nas danças e músicas, rituais e festas religiosas e populares, nas relações sociais de uma família ou de uma comunidade, nas manifestações artísticas, literárias, cênicas e lúdicas, nos espaços públicos, populares, coletivos.

Há indícios de que essa gente e esses elementos permaneceram e estão vivos até o presente, mas que não se sabe dizer o que, quanto e como permaneceram. Sabe-se que essa gente produziu muitos objetos, ferramentas e gerou inúmeros serviços. Artífices e pessoas da comunidade que detinham habilidades na produção daquelas coisas, que hoje têm se dedicado a certas atividades herdadas do passado, que têm vínculo com a atividade de serviços. Ou seja, parte do que dá sustentação à população local tem a ver com elementos do passado, que vêm sendo transmitidos de geração a geração e são muito importantes para a sobrevivência de parte da população local.

A abordagem do território, sob o aspecto de sua apropriação cultural, tem sido um objeto pouco explorado na geografia. A produção acadêmica da geografia brasileira, segundo a análise de Abreu (Abreu, 1994), demonstra que essa não foi uma das preocupações dos geógrafos brasileiros até o início dos anos 90. Atualmente, diante do processo de uniformização técnica, expansão dos meios de

comunicação, estandardização das paisagens urbanas e do modo de vida ocidental, aprofunda-se em diversas ciências sociais a preocupação de apreender a diversidade num mundo aparentemente homogêneo e articulado. Nesse sentido, destacam-se os temas relacionados com a existência humana, a experiência, sentimentos de identidade, como os indivíduos e grupos constroem a sua singularidade mesmo dentro de um crescente processo de difusão da cultura de massa.

As interpretações culturais da geografia, segundo Sauer (1996), em sua maioria, estiveram, durante muito tempo, vinculadas aos gêneros de vida e às paisagens, dando ênfase às técnicas que os homens utilizavam para dominar o meio, concebendo as paisagens como produto dessa relação. Assim, a geografia cultural ficou atrelada àquilo que era “legível” na superfície da terra, ou à materialidade da paisagem. Como declara Sauer (1996),

“o homem, por si mesmo, é objeto indireto da investigação geográfica, confere expressão física à área com suas moradias, seu lugar de trabalho, mercados, campos e vias de comunicação. A geografia cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica”.

Como visto anteriormente, o território compreendido pelos municípios mineiros da Bacia do Rio São Francisco teve inúmeras

atividades ocupando suas populações. No passado tiveram vínculos estreitos com a economia mineradora do ouro e do diamante, com a agricultura, que se baseava principalmente na exploração de pequenas roças de subsistência, e na pecuária, que explorava gado trazido nas caravelas e instalado em currais – ali eram deixadas algumas novilhas, um touro e um casal de escravos para assim se consolidarem as marcas portuguesas no território, servindo de ponto de apoio para futuras incursões. Essas instalações primárias contribuíram, em parte, para o surgimento das primeiras vilas nas margens do Rio São Francisco e hoje apresentam outros vínculos que são ainda pouco conhecidos.

Contudo, essa adjetivação faz tábula rasa das idiosincrasias regionais, ignorando elementos de diversidade e riqueza existentes na região. Muitas intervenções públicas, planos, diagnósticos, proposições e investimentos deram resultados práticos irrisórios, talvez porque não tenham atentado para esses elementos, ou seja, a combinação complexa de inter-relacionamentos interativos, em bases socioculturais que determina a organização espacial local; a determinação dessas atividades e suas formas de articulação com os elementos de organização espacial regional; as nuances associadas ao arranjo produtivo local; os protagonistas dessas ações; suas



características, aptidões e anseios e, por último, a importância desses atores sociais.

Novas análises da realidade municipal e regional, novos estudos podem aproximar pesquisadores e populações locais e estabelecer nexos de colaboração e co-participação entre os diferentes agentes da produção do espaço e da ação regional. Isso pressupõe vencer um dos principais obstáculos ao desenvolvimento, ou seja, a insuficiência de estudos científicos sobre a realidade regional que se refiram a regiões hoje desprovidas de vínculos mais estreitos com a economia exportadora e onde coexistam outras atividades econômicas. Estudos que avancem no conhecimento de particularidades históricas e identidades culturais; que tipifiquem regiões onde existam pessoas e atividades que mantêm forte ligação ou façam uso de elementos e características que remontem ao passado, à história colonial; que internalizem a produção de informações de regiões geográficas, mineradoras no passado, mas que hoje se tornaram regiões e/ou sub-regiões que se conectam com a atividade do turismo, a partir de um conjunto de atratores, herança do passado e intimamente ligado a ele.

Para Rochefort (1961), citado em Matos (2005), não é nova a tentativa de analisar as atividades e as formas como se articulam os elementos de organização espacial

de determinadas regiões. Muitos são os estudos dedicados à temática da atividade econômica no Brasil desde a análise da época colonial, além de seus desdobramentos desde então. Entre esses estudos, destacam-se os de Prado Júnior (2004), Andrade (1995) e Furtado (1971). Porém, não são muitos os trabalhos que enfocam os substratos geográficos, econômicos, demográficos e históricos de municípios como Ouro Preto e Diamantina, que, desde o declínio da produção aurífera e do diamante, estão voltados para a economia de subsistência, do abastecimento do mercado interno e das atividades terciárias, como o turismo. Um dos poucos é o trabalho de Santos (2001).

Essa realidade impõe a necessidade de atualização dos estudos sobre a interação entre eles e a cultura, a economia, a sociedade local, os patrimônios artístico, cultural e arquitetônico e a atividade econômica atual. Se a região é conhecida, há muito, como área fortemente influenciada pela sua vinculação com a atividade mineradora do ouro, e sua população mantém laços com tais atividades, faz-se necessário examinar melhor a questão, uma vez que a atividade pode contribuir para potencializar formas de desenvolvimento regional sustentado. Estudos nessa direção, utilizando dados censitários e pesquisa direta, são pouco numerosos.

À luz dos autores supracitados e dada a lacuna observada nos estudos sobre o tema, várias indagações passam essa evidência:

1º Se o ouro, o diamante, a pecuária e o rio foram importantes para a formação do território em questão, onde estão os indícios? Quais heranças geostóricas são relevantes? Quais estão preservadas? Haverá ainda uma população voltada para essas atividades? Onde elas estarão? Existem descendentes? A que atividades aqueles atores sociais se dedicam hoje?

2º Trata-se afinal de uma população bem inserida na atividade econômica e no mercado de trabalho local na sua cidade? Quando esses elementos se desenvolveram e como?

3º Como se desenrolam as relações familiares e as estratégias de sobrevivência nessas situações?

4º Do ponto de vista geográfico, esses municípios têm como características comuns a presença de agentes, lugares e uma economia local baseada em manifestações culturais e populares, pertencentes à sua história e com as quais hoje se viabiliza a atividade econômica?

5º Muito mais do que um rico patrimônio histórico composto de casarios, igrejas e outros bens duráveis, aqueles municípios dispõem de elementos ou atrativos

importantes como pessoas, homens, que poderão vincular-se às atividades, tornando-se co-participes do desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis no local?

6º Profissões, habilidades, competências, funções, culinárias e tarefas que possivelmente desapareceram ou estão na informalidade, poderão ser recuperadas e impulsionadas pela modernização e a atividade econômica?

7º Muitos indivíduos e famílias se beneficiam com a venda de artesanato e outros produtos em função da atividade turística? A renda adicional, daí advinda, supre as necessidades básicas das famílias, principalmente nas épocas em que as atividades econômicas tradicionais sofrem estagnação?

8º Por fim, será que essa identidade está sendo consumida pela sociedade moderna de consumo?

As respostas a tais indagações pressupõem a realização de pesquisa direta nesses municípios, porquanto os dados censitários e da Rais, embora essenciais, não respondem a essas questões. Tal reflexão, evidentemente, não deve perder de vista as heranças históricas que fundamentam as atividades econômicas atuais. Todavia, convém atentar para as perspectivas espacialmente diferenciadas em termos de geração de

riqueza para as populações locais regionais, desde que assegurados os padrões mínimos de sustentabilidade ambiental.

---

## Referências

ABREU, Maurício de Almeida. *Estudos geográficos da cidade no Brasil: evolução e avaliação* (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). Revista brasileira de geografia, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, jan. / dez. 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A geografia e o estudo dos costumes e das tradições*. 1995.

ANDRADE, Manuel Correia. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

CORRÊA, R.L. *Introdução à geografia cultural*. SP: Ed. Bertrand Brasil. 1ª ed, 2003.

MAIA, D.S. *A geografia e o estudo dos costumes e das tradições*. SP: Terra Livre, 2001.

STRAFORINI, R. *Estradas reais no século XVIII: a importância de um complexo sistema de circulação na produção territorial brasileiro*. *scripta nova* revista electrónica de geografia y ciencias sociales Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. X, núm. 218 (33), Universidade do Estado do Rio de Janeiro/FE – Brasil I de agosto de 2006

SOUZA, M.V. *Globalização e revalorização da identidade cultural*. Construindo a identidade Latio-americana (2003). Encontro internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada. RS: 2003

CIFELLI, GABRIELLE. *Turismo, patrimônio e novas territorialidades, Ouro Preto-Mg*. CAMPINAS, SP: orientador: Maria Tereza Duarte Paes Luchiani. dissertação (mestrado) UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS [S.N.], 2005.

SAUER, Carl O.. *Geografia cultural*. Espaço e cultura, Rio de Janeiro, n. 3, dez. 1996.

COSGROVE, D. *A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas*. In *Paisagem, Tempo e Cultura*, org. R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

**A apropriação e o uso do território compreendido pelos municípios mineiros da bacia do rio são francisco e as formas culturais de apropriação reconhecidas pela população, que resistem ao tempo**

COSGROVE, A. *Mundos de Significados: Geografia Cultural e Imaginação*. In *Geografia Cultural: Um Século* (2), org. R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. :Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000 .

Claval, P., *Epistémologie de la géographie, Paris, Nathan*. 2001.

ANDRADE, M. C. DE. *Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local*. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. DE, SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1996. 3ª. ed.

CLAVAL. P. *As abordagens da geografia cultural*. In : CASTRO, I. E. DE, GOMES, P. C. DA C., CORREA, R. L. (Org.) *Explorações geográficas : percursos no fim do século*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997.

CLAVAL. P. *A geografia cultural: o estado da arte*. In: ROSENDAHL, Z. E CORRÊA, R. L. C. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

CLAVAL. P. *A geografia cultural*. 2.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

CLAVAL. P. *A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia*. In: MENDONÇA, F. & KOZEL, S. (Org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba, Ed. da UFPR, 2002.

CLAVAL. P. *A volta do cultural na geografia*. Meracrtor. Revista de Geografia da UFC. Ano I, nº1, 2002.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. *Identidades territoriais*. In: ROSENDAHL, Z. & CORRÊA, R. L. (Org.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Santos, M. *Território e sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. Letras, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2004.

FURTADO, CELSO. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

MATOS, R.; BRAGA, F. *Redes geográficas, redes sociais e movimento da população*. In: MATOS, R. (Org.). *Espacialidades em rede*. População, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Márcio. *Estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978.

THRIFT, Nigel. *Visando o âmago da região*. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

HADDAD, Eduardo Abjau. Renger, Friedrich Ewald, Gontijo, Bernardo Machado, Machado, Maria Márcia Magela. *CARTOGRAFIA DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO RIO DAS VELHAS: O EXEMPLO DA FAZENDA JAGUARA* Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG Instituto de Geociências – Departamentos de Geografia, Geologia e Cartografia.

---

José Henrique da Silva Júnior  
Professor da Universidade FUMEC  
Coordenador do Centro de Pesquisa e Extensão em Turismo e Hotelaria da FACE-FUMEC  
Doutorando em Análise e Organização do Espaço – IGC/UFMG  
Mestre em Turismo e Hospitalidade -  
Universitat de Les Illes Balears – Espanha  
Mestre em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR/UFMG  
Endereço para contato:  
Faculdade de Ciências Empresariais - FACE  
Universidade FUMEC  
Rua Cobre nº200 Bairro Cruzeiro  
30310-190 - Belo Horizonte – MG  
Fone 31 3228 3060  
jhsj@face.fumec.br

---